



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS**  
**SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ATA Nº 031/2010**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7 Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dez, às 09:36 (nove horas e trinta e seis  
8 minutos) teve início na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 – 6º andar, a  
9 ducentésima octagésima oitava reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa os  
10 conselheiros, Sérgio Luiz Brum, como Presidente e Adeldo Rohr como Secretário. Estiveram  
11 presentes os conselheiros titulares, Alexandre da Fontoura Dionello, Eduardo kreuzer, Francisco  
12 José Menezes da Silva, Gilmar Cardozo dos Santos, Hailton Terra de Jesus, Marilena Ruschel da  
13 Cunha, Marisa Ney Santos de Pinho, Mário Fernando Antônio da Silva, Pedro Luis da Silva  
14 Vargas, Pedro Luis Martins, Ricardo Zucareli Pulvirenti e os conselheiros suplentes, Etel dos  
15 Santos Lopes, Adriana Nunes Paltian, Adão Tadeu Gomes de Oliveira, Fátima Regina Carlos  
16 Saikoski, Omar Azambuja Condotta, Luiz Carlos da Encarnação Pinto, Ana Maria Paulo Bueno e  
17 Manuel Roberto Escobar. Estavam presentes à sessão, o Economista Tiago Iesbick e a chefe da  
18 Unidade Financeira do PREVIMPA, Rosane Sulzbach. Aberta a sessão, passou-se à leitura da Ata  
19 da reunião anterior, que foi aprovada. No espaço de informes, o presidente falou sobre a eleição da  
20 ASTEC, e que os sócios aposentados receberam a senha por carta, para votar pela Internet.  
21 Informou estar se candidatando ao conselho da ASTEC como representante da SMOV, assim como  
22 o conselheiro Ricardo, representante da SMS. Elogiou a atual gestão da ASTEC pelo excelente  
23 trabalho. A conselheira Marilena citou reportagem veiculada na imprensa no dia 21/11/10, sobre  
24 treinamento pela Escola de Gestão da SMA aos funcionários do DEP que trabalham em atividades  
25 que apresentam risco à saúde. Disse verificar que não é somente o PREVIMPA que está preocupado  
26 com a saúde do trabalhador, mas também os demais órgãos da Prefeitura. O conselheiro Vargas  
27 informou como representante do SINDICÂMARA na Federação de Servidores Públicos do  
28 Legislativo, que haverá um encontro de federações com vistas a discutir os assuntos pertinentes e  
29 fundar a confederação nacional de servidores do legislativo e tribunais de contas do RS, com o  
30 objetivo de fortalecer a categoria. Passou-se à pauta do dia, apreciação do relatório sobre a Política  
31 de Investimentos do PREVIMPA, que foi elaborado pela Comissão indicada pelo Conselho. A  
32 conselheira Adriana Paltian procedeu à leitura do relatório. Abriu-se espaço para discussão do  
33 Colegiado. O conselheiro Vargas salientou a dificuldade técnica de se manifestar em relação ao  
34 tema. Perguntou aos membros da Comissão como viam a questão da equipe técnica do PREVIMPA  
35 responsável pelos investimentos ter que estar o tempo todo observando o mercado e da necessidade  
36 de ferramentas adequadas para isso. Os conselheiros discutiram ainda a necessidade de diversificar  
37 as aplicações, aplicando também em bancos privados, entretanto, conforme posicionamento do  
38 Tribunal de Contas do Estado e legislação vigente, as aplicações dos Regimes Próprios são  
39 permitidas somente em bancos públicos, estando mais concentradas as aplicações do PREVIMPA  
40 no Banco do Brasil, sendo que o contato é feito por telefone e o resultado de ganhos ou perdas  
41 somente é verificado no dia seguinte. A conselheira Adriana disse que para a criação de uma equipe  
42 de investimentos é necessário primeiramente aparamentar melhor essa área, não somente de  
43 softwares adequados, mas também de pessoal qualificado. Ponderou que a carteira de investimentos  
44 tende a aumentar nos próximos anos e necessitará de uma equipe para a execução dessa tarefa, não  
45 devendo essa questão ficar concentrada em uma ou duas pessoas. O conselheiro Adeldo sugeriu em  
46 relação aos recursos financeiros elencados na introdução, que fosse incluído também aqueles  
47 oriundos da dívida gerada pelas Leis 505 e 510/04. Sugeriu também que fosse colocado mais um  
48 item, como “outros recursos”, caso entre um novo recurso que não esteja previsto. No tópico  
49 política de transparência, sugeriu acrescentar, além do acesso pela Internet, que fosse

50 disponibilizada uma cópia da Política de Investimentos para consulta presencial no PREVIMPA,  
51 para aqueles aposentados que não têm acesso à Internet. Abordou a questão da custódia da carteira  
52 de títulos públicos do PREVIMPA executada pelo Banco do Brasil e posicionou-se contrário à  
53 aplicação dos recursos em bancos privados frente aos riscos de quebra. Ponderou que bancos  
54 públicos também apresentam esse risco, no entanto, são aportados recursos públicos e ele não  
55 quebra. Citou a responsabilização que está sendo publicada na imprensa em relação aos diretores e  
56 ao conselho de administração do Banco Panamericano, que inclusive tem patrocinado eventos do  
57 PREVIMPA e que diversas vezes tentou captar os investimentos do Departamento com retorno bem  
58 mais atrativo do que aquele auferido nos bancos públicos. O Economista Tiago explicou que hoje o  
59 sistema monetário brasileiro é interligado e que o risco maior não está no banco, mas nos papéis que  
60 estão sendo negociados pelo banco. Se há risco sistêmico, não importa se é banco público ou  
61 privado, ele não quebra. O conselheiro Omar se posicionou contrário à aplicação dos recursos em  
62 bancos privados, pois dinheiro público deve ficar em banco público, mantendo o caráter  
63 conservador. Explicou que hoje a decisão final de um investimento é do Diretor-Geral e que o  
64 Comitê de Investimentos tem apenas o caráter de aconselhamento. Os conselheiros Adriana e  
65 Ricardo argumentaram que a Política proposta é conservadora. A conselheira opinou, que caso o  
66 PREVIMPA tivesse o aval do TCE, seria favorável a investimentos em bancos privados, desde que  
67 avaliada a solidez da instituição financeira. O conselheiro Omar solicitou que fosse disponibilizado  
68 o CNPJ de todos os fundos com os quais o PREVIMPA opera. O conselheiro Pedro Martins  
69 explicou que essa decisão é do Diretor-Geral face ser ele o ordenador de despesas da Autarquia,  
70 cabendo ao Conselho traçar as diretrizes para a execução da Política de Investimentos, e caso não  
71 haja observância dessas diretrizes, o Diretor-Geral assumirá essa responsabilidade. O conselheiro  
72 Manuel colocou haver bastante rigor nessa questão e que o próprio TCE já ligou para o PREVIMPA  
73 questionando por que o PREVIMPA mantém uma conta aberta no Banco Santander com um  
74 pequeno saldo, sendo que essa conta permanece em função de pagamentos a título de pensões  
75 alimentícias. Colocou que além dos funcionários membros do Comitê, há também os indicados pelo  
76 Conselho que devem participar e decidir conjuntamente com os demais membros. Ponderou que  
77 nessa área não há somente ganhos, mas perdas também e tudo deve ser discutido. Em relação à  
78 solicitação do conselheiro Adelto de incluir nos recursos financeiros do PREVIMPA aqueles  
79 oriundos das Leis 505 e 510/04, disse que essa negociação já está inserida nos benefícios,  
80 diretamente no Regime Capitalizado. A conselheira Adriana corroborou dizendo que esse dinheiro  
81 refere-se a uma insuficiência de alíquota tratando-se de contribuição previdenciária do Regime de  
82 capitalização. O conselheiro Adelto discordou entendendo que deve vir destacado na introdução por  
83 tratar-se de uma dívida em relação à insuficiência de alíquota não recolhida. O conselheiro Omar  
84 solicitou que constasse na Política de Investimentos que embora o TCE venha a autorizar a  
85 possibilidade de aplicação dos investimentos em bancos privados, que o PREVIMPA continuará a  
86 aplicar os seus recursos somente em bancos públicos. O presidente Brum solicitou à Comissão que  
87 verificasse a possibilidade de incluir no item disposições gerais que qualquer reavaliação da Política  
88 em decorrência de mudança na legislação será submetida ao Conselho de Administração. A  
89 conselheira Fátima solicitou que constasse no relatório da Comissão a sugestão de ampliação do  
90 número de servidores envolvidos com a questão de investimentos. Ficou acordado pelo Colegiado  
91 que a primeira parte da próxima reunião será a leitura do relatório sobre a Política de Investimentos  
92 e a segunda parte será o relatório sobre o Conselho de beneficiários. Não havendo nada mais a  
93 tratar, foi encerrada a reunião às 11:24h (onze horas e vinte e quatro minutos) e foi lavrada a  
94 presente ata que vai assinada por mim Adelto Rohr, conselheiro/secretário de mesa e pelos demais  
95 presentes.

96  
97  
98  
99  
100

Sérgio Luiz Brum – Presidente

Adelto Rohr - Secretário

101		
102	Gilmar Cardozo dos Santos	Pedro Luis da Silva Vargas
103		
104		
105		
106		
107	Etel dos Santos Lopes	Eduardo Kreuzer
108		
109		
110		
111		
112	Marilena Ruschel da Cunha	Fátima Regina Carlos Saikoski
113		
114		
115		
116		
117	Francisco José Menezes da Silva	Omar Azambuja Condotta
118		
119		
120		
121		
122	Marisa Ney Santos de Pinho	Pedro Luis Martins
123		
124		
125		
126		
127	Ricardo Zucareli Pulvirenti	Luiz Carlos da Encarnação Pinto
128		
129		
130		
131		
132		
133	Manuel Roberto Escobar	Mário Fernando Antônio da Silva
134		
135		
136		
137		
138	Hailton Terra de Jesus	Ana Maria Paulo Bueno
139		
140		
141		
142		
143		
144	Adriana Nunes Paltian	Adão Tadeu Gomes de oliveira
145		
146		
147		
148		
149	Alexandre da Fontoura Dionello	
150		
151		
152		